

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
***CAMPUS* DE CACOAL**
DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO

**DA CONSTITUCIONALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
DOS SERVIDORES PÚBLICOS INATIVOS E PENSIONISTAS**

GILBERTO FERREIRA SANTOS

Cacoal-RO
2008

GILBERTO FERREIRA SANTOS

**DA CONSTITUCIONALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
DOS SERVIDORES PÚBLICOS INATIVOS E PENSIONISTAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Fundação Universidade Federal de Rondônia
– *Campus* de Cacoal, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito,
sob orientação da Professora Ms. Maria
Priscila Soares Berro.

Cacoal-RO
2008

SANTOS, G. F.

Da Constitucionalidade da Contribuição Previdenciária dos Servidores Públicos
Inativos e Pensionistas/Gilberto Ferreira Santos – 2008

Vii, 112 f., enc.: 30 cm.

Monografia – Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Cacoal,
2008.

Bibliografia: 105 -- 09

I – TÍTULO

GILBERTO FERREIRA SANTOS

**DA CONSTITUCIONALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
DOS SERVIDORES PÚBLICOS INATIVOS E PENSIONISTAS**

AVALIADORES

Profa. Ms. Maria Priscila S. Berro – UNIR

Nota

Prof. Esp. Maria Emília Cazelli

Nota

Prof. José de Moraes

Nota

Média

Cacoal-RO
2008

Dedico

À Noêmia, querida e mui preciosa esposa, que com paciência compreendeu os momentos de introspecção no desenvolver deste trabalho;

Aos meus amados filhos Ariel Lucas e Giovanna Lissa, presentes de Deus;

À minha família, pelo apoio, compreensão e, sobretudo, pelo ânimo a mim ofertado nas ocasiões em que mais necessitei, em especial, à minha amada mãe Arlete Ferreira de Oliveira e meu pai Gilberto Araújo Santos, pelos valores em mim consolidados, que contribuíram para minha formação como pessoa.

Agradeço

Primeiramente a Deus, fonte de paz e alegria, o grande “Eu Sou”, em quem habita a plenitude da sabedoria e que permitiu a mim alcançar este objetivo.

Agradeço à professora Maria Lindomar dos Santos, que não mediu esforços para que esta Monografia alcançasse um nível elevado de qualidade.

Agradeço à Professora Mestre Maria Priscila Soares Berro, minha orientadora, que me conduziu rumo à construção do conhecimento, a quem tenho muito respeito e admiração.

Também a todos os professores que, durante o curso, cooperaram na construção do conhecimento com paciência e dedicação,

Aos colegas de turma, pelos bons momentos que passamos juntos, especialmente ao “quarteto fantástico” o qual os tornamos grandes amigos e seguimos com entusiasmo rumo a novos desafios.

RESUMO

GILBERTO. Ferreira Santos. Da Constitucionalidade da Contribuição Previdenciária do Servidor Público, 112 páginas, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal, 2008.

Com este trabalho objetiva-se ressaltar a Constitucionalidade da Contribuição Previdenciária dos Servidores Públicos Inativos e Pensionistas. Para tanto, buscou-se uma melhor compreensão da Previdência Social no Brasil, analisando-se o histórico, a origem, seus fundamentos legais, o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, tendo como ponto de partida o Regime Geral de Previdência até o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, os quais apresentam os mesmos fundamentos, porém, com características próprias. Também, da captação de recursos para compor o fundo previdenciário que, a princípio, no Regime Próprio, era suprido pelo Estado, mas que, com o passar dos tempos, foi-se transferindo a responsabilidade para os servidores públicos ativos e em seguida para os aposentados e pensionistas. Analisou-se ainda as inúmeras mudanças ocorridas com as várias Emendas Constitucionais, bem como as vantagens e desvantagens das referidas emendas. Além disso, foi analisado o instituto das Contribuições Sociais, as quais têm sido motivo de grandes discussões e interpretações quanto ao ser ou não tributo, sua natureza jurídica, os sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária, os princípios constitucionais e tributários relativos à previdência social. Por fim, foi realizada uma análise do instituto da Capacidade Contributiva, seu histórico, à luz da Constituição Federal, sua relação com demais princípios, a constitucionalidade ou não da capacidade contributiva do aposentado e pensionista.

Palavras-chave: Contribuição Previdenciária. Aposentados. Pensionistas. Constitucionalidade.

RESUMEN

Gilberto. Ferreira Santos. De la Constitucionalidad de la Contribución Previdenciaria del Servidor Público, 112 páginas, Trabajo de conclusión de curso. Fundación Universidad Federal de Rondonia - *Campus* de Cacoal, 2008.

Con este trabajo se objetiva resaltar la Contitucionalidad de la Contribución Previdenciaria de los Servidores Públicos Inactivos y Pensionistas. Por lo tanto, se buscó una mejor comprensión de la Previdencia Social en Brasil, se analisando el histórico, el origen, sua fundamentos legales, Princípio de la Dignidad de la persona humana, teniendo como punto de partida el Régime General de Previdencia hasta el Régime Proprio de Previdencia del Servidor Público, los cuáles presentan los mismos fundamentos, aunque, con características propias. También, de la captación de recursos para componer el fondo previdenciario que, en princípio, en el Régime Proprio, era suprimido por el Estado, pero que, con el pasar de los tiempos, se fue transpasando la responsabilidad para los servidores públicos activos y a continuación para los jubilados y pensionistas. Se analizó aún los inumeros cambios ocurridos con las varias Enmendas Constitucionales, bien como las ventajas y desventajas de las referidas enmendas. Además fue analizado el instituto de las contribuciones Sociales, los cuáles tienen sido razón de grandes dicuciones y interpretaciones cuánto a lo ser o no tributo, su naturaleza jurídica, los sujetos activos y pasivos de obligación tributaria, los principios constitucionales y tributarios relaccionados con la previdencia social. Por fín, fue realizado un análize del instituto de la Capacidad Contributiva, su histórico, a la luz de la Constitución Federal, su relación con los demás principios, la constitutionabilidad o no de la capacidad contributiva del jubilado y pensionista.

Palabras–Clave: Contribución Previdenciaria. Jubilados. Pensionistas. Constitutionabilidad.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.:	Artigo
CAPs:	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CF:	Constituição Federal
CTN:	Código Tributário Nacional
EC:	Emenda Constitucional
Ed.:	Edição
IAPs:	Institutos de Aposentadorias e Pensões
INSS:	Instituto Nacional de Seguridade Social
IR:	Imposto de Renda
LOPS:	Lei Orgânica da Previdência Social
Nº.:	Número
p.:	Página
RGPS:	Regime Geral de Previdência Social
RPPS:	Regime Próprio de Previdência Social
Séc.:	Século
STF:	Supremo Tribunal Federal
TRF.:	Tribunal Regional Federal
§.:	Parágrafo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. BREVE HISTÓRICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	13
2.1 PRIMÓRDIOS DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO: DAS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES AO INÍCIO DA INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL EM 1903	14
2.1.1 Período 1930-1945: Consolidação da interferência governamental e a criação do IAPS	18
2.1.2 Período 1945-1966: O caminho rumo à uniformização da legislação e unificação administrativa	21
2.1.3 Período 1966-1988: unificação, reestruturação, expansão e crise	23
2.1.4 Período Pós Constituição de 1988: Seguridade Social, universalização e reforma.	25
2.2 DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	29
2.2.1 Os Direitos Fundamentais	30
2.2.2 Das Gerações dos Direitos Fundamentais	35
2.2.3 O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	38
2.2.3.1 O princípio da Dignidade da Pessoa Humana na CF/88	41
3. A PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO	43
3.1 DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	44
3.2 ORGANIZAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO	47
3.3 FUNDO DE PREVIDÊNCIA	48
3.4 DOS BENEFÍCIOS	50
3.5 BREVE PARALELO DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 21, 41 E 47	50
3.6 DO CUSTEIO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO PRÓPRIO	57
4. DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	62
4.1 CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	70
4.2 MODALIDADES E REFERIBILIDADE	74

5. DOS PRINCÍPIOS PERTINENTES	79
5.1 DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ATINENTES À PREVIDÊNCIA SOCIAL	79
5.2 DOS PRINCÍPIOS PREVIDENCIÁRIOS	83
5.3 DOS PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS RELATIVOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL	85
6. DO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA	93
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
8. REFERÊNCIAS	105

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo a compreensão da Constitucionalidade das contribuições previdenciárias dos servidores públicos inativos e pensionistas. Para tanto, utilizou-se o método dedutivo, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa via internet.

Para melhor compreensão, fez-se uma breve análise histórica da Previdência Social no Brasil, os Montepios, as Caixas e Socorro do período do Império, a Lei Eloy Chaves com a qual teve início a previdência no Brasil, as CAPs (Caixas de Aposentadorias) e os IAPs.

Na análise da Previdência Social na Constituição Federal de 1988, das formas de contribuição para o equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência Social, passou-se pelos Direitos Fundamentais, sua história, e influência contra os desmandos do Estado, bem como as gerações dos direitos fundamentais.

O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, e sua concepção histórica, bem como a dignidade humana na Constituição Federal de 1988, encontra-se no Capítulo 2, haja vista as ações do Estado serem erigidas sob o fundamento de tal princípio.

Como fator preponderante deste trabalho, percorreu-se de forma sintética o caminho dos Regimes Previdenciários, primeiramente o Regime Geral de Previdência e em seguida o Regime Próprio de Previdência que é o regime do Servidor Público.

Nesse capítulo verificou-se alterações efetuadas por algumas Emendas Constitucionais pertinentes ao Regime Próprio de Previdência, os fatores que influenciaram em tais alterações, como a cobrança da contribuição previdenciária, primeiramente dos servidores públicos efetivos e em seguida dos aposentados e pensionistas, a não abrangência no Regime Próprio dos empregados públicos e outras modalidades de servidores não efetivos.

Procurou-se, inclusive, traçar um paralelo entre as Emendas Constitucionais nº 20, 41 e 47.

Verificou-se, ainda, o Instituto das Contribuições Sociais, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, buscando-se verificar suas peculiaridades. Por ser alvo de inúmeras discussões e interpretações, faz-se uma distinção com o tributo, conceito e natureza jurídica das contribuições sociais, bem como as suas modalidades e o princípio da referibilidade.

No que tange aos princípios, buscou-se uma melhor identificação dos Princípios Constitucionais, Previdenciários e Tributários que têm pertinência com a Previdência Social, principalmente o Princípio da Capacidade Contributiva, que espera-se trazer grande contribuição para se definir quem deve ou não contribuir com a fome arrecadatória do Estado, sem ferir o direito adquirido e muito menos comprometendo a subsistência do contribuinte.